

Introdução

Esta dissertação é o desdobramento do meu trabalho de pesquisa para o curso de especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil- Puc-Rio e, nesse sentido, existe uma série de relações entre os dois. Em ambos procurei compreender a formação urbana do plano para Petrópolis, com o objetivo de investigar o que originou o projeto, quem foi seu criador, e em que teria se baseado para criar um plano diferente do que até então se construía no Brasil.

Ingressei no mestrado para aprofundar esse conhecimento, e tentar desvendar as peculiaridades dos esforços que foram ali dispendidos. Um empenho para criar, a partir do zero, um palácio para o Imperador, tendo ao seu redor uma povoação onde se estabeleceria a corte e uma elite abastada, que dividiria o espaço geográfico com uma colônia de imigrantes germânicos.

Petrópolis foi criada entre sonhos e realidade, sonhos que percorreram gerações, realidade que se impôs a partir do cenário existente no Brasil. Ainda no final do século XVIII, D. João mandou construir a Calçada de Pedra, assim denominada a estrada de subida da serra da Estrela, na intenção de promover a viabilidade econômica do vice-reino. D. Pedro I, comprou as terras da fazenda onde pretendia construir seu palácio, sonho realizado D. Pedro II.

A versão de quase todas as documentações existentes considera que Petrópolis foi fruto da vontade do monarca de possuir um palácio de verão onde pudesse beneficiar-se do ar fresco das montanhas, e refugiar-se das febres que comumente assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Ainda que seja verídica, tal afirmação nos parece idealizada, e fomos em busca de fundamentos que pudessem justificar um projeto desse porte na Serra da Estrela.

Foi assim que, na atual oportunidade, procurei desenvolver de forma mais sistemática, o estudo das propostas, ideias, e utopias relacionadas à construção da cidade Imperial. Tomei como ponto de partida duas hipóteses. A primeira, a importância econômica do antigo Caminho do Ouro que atravessava as terras onde seria construída a povoação. A segunda, a possibilidade do plano de Júlio Frederico Koeler possuir características pré-urbanistas culturalistas, e aproximar-

se do conceito de cidade jardim, guardadas as especificidades da povoação de Petrópolis em relação ao pensamento de Ebenezer Howard.

A partir dessas hipóteses, procurei trabalhar com um conjunto de fontes ligadas diretamente à história da cidade que estão no Museu Imperial, uma de suas principais referências. Lá tive a oportunidade de conhecer Francisco de Vasconcellos, autor de diversos estudos sobre a cidade, assim como Arthur Leonardo de Sá Earp, ambos membros do Instituto Histórico de Petrópolis. O amplo conhecimento destes historiadores da cidade preencheu lacunas que, talvez, fossem intransponíveis de outra forma. Através de reuniões, informações e contatos, tive a possibilidade de reunir critérios que me possibilitaram direcionar o trabalho à uma análise mais acurada sobre a criação da povoação e sobre o plano de Koeler. O ambiente por eles proporcionado, de total valia para realização de minhas pesquisas, foi enriquecido por imagens, livros, e outras fontes de informação.

Entrei em contato com obras de autores de estudos sobre Petrópolis. Uma, em especial, foi utilizada neste trabalho: *Petrópolis, a Saga de um Caminho, Gênese e Evolução do Território Petropolitano*, de autoria de Carlos de Oliveira Fróes. Trata-se de uma série de ensaios que abrange dos primórdios da história territorial daquela área, à extinção da Imperial Colônia em janeiro 1860, permitindo uma completa visão da história da formação da cidade. É uma fonte de referências única, embora de não fácil leitura, conforme menciona seu próprio autor na introdução. Única porque possibilita um encadeamento de fatos ao longo do tempo, não disponibilizados, talvez, de forma tão clara, em outras fontes de referência.

Algumas análises teóricas são apresentadas de forma pontual, em uma ou outra sequência narrativa do texto. Outras, entretanto, são mais extensas, como é o caso do Plano de Koeler. Para tanto foram utilizadas obras de Norbert Elias, Lewis Mumford, Giulio Carlo Argan e, especialmente, Françoise Choay.

Norbert Elias propiciou compreensão das relações que ocorrem em uma sociedade de corte. O fato, por exemplo, de um rei, mesmo absolutista, não governar sozinho, mas a partir de um consenso no ambiente que o rodeia, pode

encontrar um paralelo em figuras expoentes do Império que defenderam a criação de Petrópolis, e realizaram-na.

Mumford, em *A Cidade na História*, especialmente no capítulo que discorre sobre a estrutura de poder durante o período barroco, é possível perceber como elementos urbanos, que hoje nos são tão corriqueiros, se formaram através da história. É o caso da existência da avenida, fato capital da cidade barroca, que viria a glamouralizar os espaços urbanos. Em Petrópolis, a Avenida do Imperador cumpria esta função reunindo hotéis de luxo e comércio refinado.

A noção de cidade capital, explorada por Giulio Carlo Argan na obra *Imagem de Persuasão*, é um conceito que se enquadra na cidade do Rio de Janeiro, e se estende à Serra da Estrela por ocasião do projeto Imperial. Já para a análise teórica sobre as cidades, busca-se aproximações entre o pensamento de Françoise Choay e as características do plano serrano do engenheiro.

Desse cenário, resultaram três capítulos. O primeiro versa sobre a história das terras da região da Serra da Estrela, cortada pela principal estrada do Império, e procura demonstrar que a importância econômica do local foi determinante para sua escolha. O segundo descreve o plano urbanístico do engenheiro germânico Júlio Frederico Koeler, que cria a povoação. Neste capítulo encontram-se aproximações do plano às teorias de planejamento. O terceiro narra a construção urbana da povoação após o falecimento de Koeler, que foi desenvolvida ao longo de dez anos por cinco diferentes gestões administrativas imperiais, e procura analisá-la com base nas teorias do planejamento, utilizadas no capítulo anterior. Os três capítulos contêm a narrativa dos fatos, com a intenção de demonstrar seus encadeamentos, o que em parte justifica a extensão deste trabalho.

A formação de Petrópolis aparece com um aspecto singular no cenário da história do urbanismo brasileiro: uma povoação criada por determinação de um Imperador. Além disso é singular também por possuir um plano pré-estabelecido para a cidade, implantado sobre uma área não construída, ao final da primeira metade do século XIX. Foi anterior, portanto, a todas as teorias do planejamento urbano.

O plano de Koeler diferencia-se do que antes se construía, em termos de cidade, no Brasil. É bem verdade que o tempo rapidamente se incumbiu de camuflar essa singularidade, com a falta de políticas públicas que preservasse Petrópolis de um crescimento desordenado. Ainda assim, o projeto existiu, e povoação foi criada.

Minha intenção inicial era a de analisar a povoação serrana em relação à aproximações com as cidades germânicas de Mainz e Giessen, onde Koeler nasceu e estudou. Porém, além de ter esbarrado em dificuldades bibliográficas de toda ordem, senti que seria fundamental um amplo conhecimento de sua história, de sua região territorial, da vinda de imigrantes para o Rio de Janeiro, enfim, de diversas questões que envolvem o fato da criação da cidade. Ainda assim, essa dissertação procura embasar uma análise sobre as cidades germânicas, que aparece no capítulo dois.

Por fim, a narração de fatos e eventos que permeiam o texto visa demonstrar o aspecto construtivo do empreendimento imperial, e procura dar visibilidade a detalhes pouco conhecidos da história da cidade. O capítulo três, especialmente, constitui um período da história de Petrópolis cujos fatos, no meu entender, são ainda pouco conhecidos, aquele de suas cinco gestões administrativas imperiais.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937, tendo entre seus organizadores arquitetos como Lúcio Costa, e outros intelectuais do país.

No entanto, inicialmente o SPHAN não teve como diretriz reconhecer e preservar, em Petrópolis, os conjuntos urbanísticos datados do século XIX. Em seus primeiros anos, tombou na cidade somente algumas edificações de forma isolada, como o Museu Imperial ou a Casa da Princesa Isabel. Só em 1964 aconteceu o primeiro tombamento de um conjunto urbanístico, o da Avenida Koeler. A partir de então ocorreram não mais do que duas extensões deste tombamento, uma em 1980 e outra em 1982, ocasiões em que algumas ruas de seu entorno foram preservadas. Não havendo, aparentemente, explicação para tal postura inicial, pondera-se que, talvez, a força da Arquitetura Moderna e do então

recente movimento modernista no Brasil, tenha, no ímpeto de sua inovação, de alguma forma embaçado os valores da arquitetura do século XIX, sua predecessora.

A análise da formação urbana de Petrópolis pode contribuir, como um contraponto, para um maior conhecimento da história das cidades brasileiras, especialmente do século XIX, estudo que somente há pouco tempo começou a ser explorado.

Petrópolis está na interface de vários temas: a relação com a natureza, as questões de saúde e salubridade, a política do segundo reinado, a extensão da capitalidade do Rio de Janeiro para a região serrana, a economia do reino, a constante política de melhoria do sistema viário do Império que dá relevância à engenharia, a sociabilidade da corte, a história dos imigrantes que acreditaram em uma vida melhor ao vir para o Brasil.

Hoje Petrópolis é um importante centro de turismo histórico nacional. O antigo Palácio de D. Pedro II, depois de ocupar outras funções durante o início da República, transformou-se em Museu Imperial.

Conforme a historiadora Patrícia Lima, cujos estudos se somaram à essa dissertação, “antes a cidade que levanta a bandeira do progresso pelas mãos da tradição monárquica; hoje, cidade que ergue a bandeira da tradição pelas mãos do progresso”¹.

¹ LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Petrópolis: Progresso e Tradição nos Trabalhos da Memória*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, PUC. RJ.2001. p.95.